



VIOLÊNCIA / Passados 1.462 dias da execução da vereadora e de Anderson Gomes, motorista que a conduzia na noite de 14 de março de 2018, ainda não se sabe a razão de terem sido emboscados no Estácio, quando foram assassinados

Marielle: após 4 anos, quem a queria morta?

» MARIA EDUARDA CARDIM
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes? A pergunta continua sem resposta quatro anos depois dos assassinatos da vereadora do Rio de Janeiro e do motorista que trabalhava para ela. O crime, cometido no bairro do Estácio, região central da capital fluminense, até o momento não condenou ninguém.

O sargento reformado da Polícia Militar do Rio de Janeiro Ronnie Lessa e o também ex-PM Élcio de Queiroz — o primeiro apontado por ter feito os disparos que mataram a vereadora e o segundo de dirigir o carro usado no assassinato —, estão sob custódia desde 2019. Até hoje não foram encontrados a arma e o carro usado no crime.

Ronnie e Élcio serão levados a júri popular, considerando situação de duplo homicídio triplamente qualificado por motivo torpe — emboscada e sem dar chance de defesa às vítimas. O julgamento, porém, permanece sem data marcada.

Depois de 1.462 dias — contagem feita pelo site do Instituto Marielle Franco —, as investigações do crime deram poucas respostas. Pior, as apurações são repletas de fatores incomuns: cinco delegados já estiveram no comando das investigações; além disso, as promotoras Simone Sibillo e Leticia Emile abandonaram, voluntariamente, a tarefa que apurava o caso, em julho de 2021, por motivo de “risco de interferência externa”.

A época procuradora-geral da República, Raquel Dodge pediu, em 2019, a federalização do crime argumentando que, 18 meses depois dos assassinatos, a polícia carioca não dera respostas satisfatórias sobre o episódio. Mas, no ano seguinte, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido e manteve as apurações no Rio de Janeiro.

Mateus Bonomi/AGIF-Estádio Conteúdo



Em Brasília, grupo fez manifestações em homenagem à vereadora e cobrou a apuração das razões que provocaram sua morte

Mauro Pimentel/AFP



Carro com Marielle e Anderson é periciado depois do crime

AFP



Ronnie e Élcio: acusados, presos, mas ainda não julgados



Difícil expressar em palavras tudo que me atravessa no dia de hoje. Exigimos saber quem mandou matar Marielle Franco e por quê. É pela democracia brasileira”

Anielle Franco, irmã e diretora do Instituto Marielle Franco

Antes, o Ministério da Justiça pedira à Polícia Federal que entrasse no caso para “investigar a investigação” a cargo da Polícia Civil do Rio.

Reações

Anielle Franco, irmã da vereadora e diretora do Instituto Marielle Franco, indignou-se com os quatro anos sem respostas. “Difícil expressar em palavras tudo que me atravessa no dia de hoje. Exigimos saber quem mandou matar Marielle Franco e por quê. É pela democracia brasileira”, publicou no Twitter.

O ex-presidente e candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também lastimou o caso até hoje aberto. “Um crime brutal e político. Ainda não sabemos quem são os mandantes”, escreveu.

O também pré-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT) destacou que “forças poderosas impedem o esclarecimento desses crimes brutais. Que Brasil é este?”

Marcelo Freixo, pré-candidato do PSB ao governo do Rio de Janeiro e amigo de Marielle, lembrou: “Quiseram calar Marielle, mas sua voz ecoa em todos os cantos”, tuitou.

* Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

SAÚDE

Baixa vacinação dá força à volta da polio

Se a vacinação conseguiu frear o avanço da covid-19, o mesmo não se pode dizer de outras doenças antes erradicadas, mas que correm o risco de voltar devido à baixa cobertura de imunização. É o caso da poliomielite, cuja cobertura vacinal apresentou uma queda vertiginosa de 2012 para 2021 no Brasil. O alerta é da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm).

“O que vemos é que, normalmente, esse retorno acontece na forma de surtos nos países que já tinham eliminado a polio e que apresentaram baixas coberturas vacinais para a doença”, alertou a vice-presidente da SbIm, Isabella Ballalai. É o caso do Brasil, que, em 2021, apresentou cobertura vacinal de 67,71%, consideradas as primeiras três doses da vacina, que devem ser aplicadas no primeiro ano de vida da criança. Em 2012, o alcance da imunização era de 96,55%.

A meta de cobertura vacinal para a polio é de 95%. Isabella

salienta que, além da baixa cobertura vacinal, outro fator que aumenta o risco do retorno é a baixa vigilância de casos de paralisia flácida aguda, que é uma característica da doença. “Essa vigilância precisa ser melhorada para que haja uma rápida detecção e a adoção de medidas de resposta antes de que se torne um surto. Essa baixa vigilância com a baixa cobertura vacinal aumenta o risco de retorno da polio ao Brasil”, afirmou.

Em nota, o Ministério da Saúde informou que “o Brasil tem intensificado as ações de imunização e vigilância epidemiológica da poliomielite entre o público-alvo”. “A pasta acompanha o andamento da cobertura vacinal e recomenda a estados, municípios e Distrito Federal que realizem a busca ativa para vacinação”, salientou.

No entanto, para a vice-presidente da SbIm é necessário que o governo federal volte a investir em comunicação para que a cobertura vacinal da polio, e de

Fernando Frazão/Agência Brasil



A campanha da gotinha é a maior arma contra o avanço da polio

outras doenças, volte a crescer. “Quando há comunicação é uma comunicação pobre, que se limita a chamar para tomar vacina. As pessoas precisam entender o que está acontecendo e perceber o risco que correm se não levarem seus filhos aos postos de vacinação”, criticou Isabella.

Ela enumerou os riscos de se viver em um ambiente com surto de polio. “É uma doença bastante transmissível, que pode levar ao óbito, que leva à paralisia e que pode deixar a sequelas para o resto da vida. O vírus

da polio não atinge só o músculo da perna; atinge os músculos da respiração também. As sequelas vão desde a paralisia de um membro até a pessoa ficar em cadeira de rodas para o resto da vida”, exemplificou.

Segundo o ministério, “a divulgação de informações sobre a segurança e a efetividade das vacinas como medida de saúde pública fazem parte de ações realizadas durante todo o ano”. Países como o Malawi, na África, e Israel têm apresentado um avanço na presença da doença. (MEC)

Covid: cobertura precária

Se em relação à poliomielite a vacinação deixa a desejar, em relação à covid-19 alguns índices da cobertura vacinal também estão aquém do desejado. Levantamento realizado pela Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 (Secovid) do Ministério da Saúde apontou que apenas 37,81% do público acima de 18 anos — ou seja, 60,5 milhões de brasileiros — tomaram a dose de reforço do imunizante contra a covid-19. Por enquanto, o reforço da vacina só é recomendado para os adultos.

Segundo a pasta, entre os estados que possuem mais pessoas aptas a tomarem a dose “extra” que ainda não retornaram aos postos de vacinação estão São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A dose de reforço é recomendada para toda a população adulta brasileira desde novembro do ano passado. Os cidadãos devem procurar os postos de saúde para tomarem a dose adicional pelo menos quatro meses após a aplicação da segunda dose.

O levantamento do ministério também indicou que 91,12% da

população acima de 12 anos tomaram a primeira dose da vacina e 84,46% desse mesmo público completaram o esquema vacinal.

Novo medicamento

Para buscar novas frentes de combate à covid-19, a pasta abriu, ontem, uma consulta pública para avaliar a incorporação do baricitinibe, medicamento para o tratamento de covid-19, no Sistema Único de Saúde (SUS). A inclusão do remédio, aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi recomendada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).

As contribuições de especialistas e da sociedade podem ser feitas, na página oficial da Conitec, até 24 de março. A avaliação da comissão indica o baricitinibe para adultos, hospitalizados e que necessitam de oxigênio por máscara ou cateter nasal. O medicamento tem registro no Brasil para o tratamento de artrite reumatoide ativa moderada a grave e dermatite atópica moderada a grave. (MEC)